

ATA DA 165ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a 165ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº 118/2020.

Conselheiros presentes: Leandro César Pereira (SMOBI), Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL), Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Aurora Pederzoli (SLU), Alan Bachur Viana (SICEPOT), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES), Rosemary Fernandes da Silva (Associação de Moradores do Bairro Buritis), Lívia de Souza Pancrácio de Errico (CMSBH), Núbia Aparecida Vale Nolli (COPASA), Regina Andréa Martins (CAU-MG), Cláudio Jorge Cançado (FJP) e Nilo de Oliveira Nascimento (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Marcos Ferreira de Souza (SUDECAP), Thaysa Drummond Martins (SMSA), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Matheus Dias Alves (Instituto Guaicuy), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX) e Célia de Fátima Machado (FJP).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, registrando quórum, iniciou a reunião informando os pontos de pauta: Posse dos Conselheiros e Apresentação, pela SMOBI, da Política Municipal de Saneamento.

A palavra foi repassada ao Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leandro Cesar Pereira, que deu as boas-vindas aos novos conselheiros, ressaltando a importância do COMUSA para as Políticas Públicas Municipais.

Em seguida, foi dada posse aos novos conselheiros do COMUSA, conforme listagem a seguir, cujo mandato 02 (dois) anos abrangerá o período de 27/11/2024 a 26/11/2026.

Nome	Órgão/Entidade	Titular/Suplente
Leandro César Pereira - Presidente	SMOBI	Titular
Ricardo de Miranda Aroeira	SMOBI	Suplente
Claudius Vinicius Leite Pereira	URBEL	Titular
Marcos Ferreira de Souza	SUDECAP	Suplente
Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi	SMMA	Titular
Isaac Henrique de Medeiros	SMPU	Suplente
Aurora Pederzoli	SLU	Titular
Thaysa Drummond Martins	SMSA	Suplente
Vereadora Fernanda Pereira Altoé	Legislativo Municipal	Titular
Vereador Bruno Pedralva	Legislativo Municipal	Suplente
Vereadora Iza Lourença	Legislativo Municipal	Titular
Vereador Bráulio Lara	Legislativo Municipal	Suplente
Leonardo Castro Maia	Ministério Público	Titular
Lucas Pardini Gonçalves	Ministério Público	Suplente
Alan Bachur Viana	SICEPOT-MG	Titular
Flávio Guerra de Castro Luz	SINDUSCON-MG	Suplente
Alex Moura de Souza Aguiar	SENGE-MG	Titular
Dulce Maria Magalhães Pereira	SINARQ-MG	Suplente
Weber Coutinho	ABES-MG	Titular
Matheus Dias Alves	Instituto Guaicuy	Suplente
Rosemary Fernandes da Silva	Associação de Moradores do Bairro Buritis	Titular
Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza	AMALUX	Suplente
Lívia de Souza Pancrácio de Errico	CMSBH	Titular
Susie Rosendo	CMSBH	Suplente
Núbia Aparecida Vale Nolli	COPASA	Titular
Filipe Nepomuceno Bicalho Santos	COPASA	Suplente
Regina Andréa Martins	CAU-MG	Titular
Eduardo Fajardo Soares	CAU-MG	Suplente
Cláudio Jorge Cançado	FJP	Titular
Célia de Fátima Machado	FJP	Suplente

Nilo de Oliveira Nascimento	Especialista	Titular
-----------------------------	--------------	---------

Em seguida, o Secretário Executivo, Ricardo Aroeira, procedeu à apresentação sobre a Política Municipal de Saneamento. Inicialmente, foram apresentados os desafios do saneamento nas áreas urbanas, sendo: inundações, ocupação ribeirinha dos cursos d'água, erosão do solo, poluição por esgotos, dentre outras. Enfatizou que a Lei Federal Nº 14.026, que estabeleceu o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, foi sancionada em julho de 2020 e se encontra em fase de regulamentação.

O palestrante apresentou os aspectos gerais da cidade de Belo Horizonte, composta pelas seguintes bacias hidrográficas: Ribeirão Arrudas, Ribeirão da Onça, Ribeirão Isidoro e Rio das Velhas. Informou que o município tem uma área de 330 km², uma população que se aproxima de 2,5 milhões de habitantes, inseridos numa região metropolitana de quase 5 milhões de habitantes. O município de Belo Horizonte está dividido em 98 bacias hidrográficas elementares, conforme classificação do Plano Diretor de Drenagem, sendo estas, as unidades de planejamento utilizadas pela Administração Municipal. Informou, também, que a maior parte das nascentes, tanto da bacia do Ribeirão da Onça, quanto do Ribeirão Arrudas, estão no município de Contagem. Destacou ainda, que parte da porção de jusante da bacia do Ribeirão Arrudas está no município de Sabará. Assim, existe uma grande interdependência entre os três municípios em relação à temática Gestão de Águas Urbanas. A hidrografia municipal compreende cerca de 700 km de cursos d'água, sendo: 200 km canalizados, seja em canal aberto ou canal fechado, 200 km de cursos d'água em leito aberto na malha urbana e 300 km de cursos d'água em áreas de proteção ambiental, principalmente localizadas no extremo sul do município, nos contrafortes da Serra do Curral.

Do ponto de vista da cobertura por serviços de saneamento, os índices no Município são bastante elevados. Considerando a população atendida, o sistema de abastecimento público de água é universalizado e o sistema de esgotamento sanitário tem uma cobertura de coleta de 95,5%, cobertura de interceptação de 92,7% e cobertura de tratamento de 91,8%. O sistema de coleta de lixo atende a 96,1% da população com coleta porta a porta. Em relação à drenagem urbana, 40 mil pessoas ainda estão inseridas em manchas de inundação.

A Política Municipal de Saneamento de Belo Horizonte foi institucionalizada em 2001, pela Lei Municipal 8.260 e suas principais determinações são: Efetiva atuação do Município, inclusive definindo investimentos e prioridades; Universalização dos serviços; Despoluição dos córregos e ribeirões; Controle social e participação popular e Gestão pública e integrada do saneamento. Os principais Agentes Institucionais da Política Municipal de Saneamento de Belo Horizonte são o Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA) e a SMOBI e os principais Instrumentos são o Plano Municipal de Saneamento (PMS), o Fundo Municipal de Saneamento (FMS), as Conferências Municipais de Saneamento (COMUS) e o Convênio Município / Copasa.

O COMUSA, em atuação desde 2004, tem a função de controlar e avaliar a execução da Política Municipal de Saneamento, aprovando e fiscalizando a implementação do Plano Municipal de Saneamento - PMS, deliberando sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento. É um órgão colegiado, consultivo e deliberativo, composto por 16 membros titulares e 15 suplentes.

O Plano Municipal de Saneamento é um instrumento de planejamento que define as prioridades de investimentos em saneamento, por bacia e sub-bacia hidrográfica, no Município. Tem uma vigência de quatro anos, com atualização a cada dois anos. É um processo dinâmico e participativo e cabe ao COMUSA a apreciação, aprovação e fiscalização da sua implementação. A metodologia utilizada no PMS pode ser consultada nas versões publicadas que estão disponíveis no endereço eletrônico: pbh.gov.br/planosaneamento.

O Fundo Municipal de Saneamento destina-se a financiar exclusivamente ações de saneamento aprovadas pelo COMUSA e definidas pelo Plano de Investimentos, anualmente proposto pela Administração e submetido à discussão para aprovação pelo COMUSA. Os recursos do Fundo são oriundos de 4% da arrecadação líquida mensal das tarifas do serviço de água e esgoto da Copasa em Belo Horizonte e das contas de água e esgoto referentes aos próprios municipais.

As Conferências Municipais de Saneamento têm o objetivo de discutir com a sociedade, as políticas públicas de saneamento.

O Convênio Município / Copasa trata da concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário à COPASA entre 2002 e 2032.

Com relação aos avanços em saneamento, o palestrante destacou que o abastecimento de água no Município é um serviço universalizado. A abrangência do tratamento de esgotos passou de 10,8% em 2004, para 91,8% em 2024. Especificamente para a Bacia da Lagoa da Pampulha, as Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem e a COPASA institucionalizaram um Plano de Ação focado na busca pela universalização dos serviços de esgotamento sanitário nesta bacia, prevendo investimentos, pela COPASA, de R\$ 146,5 milhões pelos próximos 5 anos, em intervenções que contemplam 890 obras para viabilizar a infraestrutura, conexões das residências ao sistema de esgotamento, conscientização da população e o monitoramento da qualidade das águas na Bacia. Este Plano de Ação, a ser implementado pela COPASA, é consequência de ação movida pela Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte junto à Justiça Federal, tendo sido homologado por esta em março de 2023.

O Conselheiro destacou ainda, que a PBH vem implementando, ao longo dos últimos anos, um Programa de Reabilitação Ambiental da Lagoa da Pampulha. A bacia da Pampulha, que tem 46% de sua área no Município de Belo Horizonte e 54% no Município de Contagem, possui 48 córregos, 8 afluentes diretos à Lagoa da Pampulha e população total de cerca de 500 mil habitantes. As ações de reabilitação compreendem a ampliação do sistema de esgotamento sanitário, limpeza e manutenção da orla e do espelho d'água, desassoreamento e tratamento da água da Lagoa da Pampulha e ações de monitoramento, educação ambiental e mobilização social.

Em relação à temática drenagem urbana, os avanços abrangem várias ações. A implementação da Política Municipal de Gestão do Risco de Inundações busca a valorização de instrumentos de planejamento e gestão, execução de obras estruturantes, intensificação dos serviços de manutenção, ações de monitoramento hidrológico, ações preventivas junto à população residente em áreas de risco e ações de gestão de segurança de barragens.

O Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural - DRENURBS, concebido no início dos anos 2000, trouxe novos conceitos, alterando a lógica da canalização de cursos d'água, introduzindo a prática do tratamento de fundos de vales, soluções baseadas na natureza e implantação de parques lineares, tendo como eixos principais a busca da valorização e despoluição dos cursos d'água, redução do risco de inundações, controle na produção de sedimentos e o fortalecimento institucional da PBH. A primeira etapa do Programa somou investimentos de dois contratos de US\$ 138 milhões e US\$ 110 milhões, sendo executadas intervenções em cinco sub-bacias hidrográficas: córregos Bonsucesso, Engenho Nogueira, Nossa Senhora da Piedade, Primeiro de Maio e Baleares. A Administração Municipal está negociando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, um novo financiamento para a execução da 2ª etapa do Programa DRENURBS, com investimentos de US\$ 255 milhões, prevendo intervenções nas seguintes sub-bacias: córregos Macacos, Terra Vermelha, Fazenda Velha, Brejo do Quaresma, Capão, Várzea da Palma, Embira e Olhos D'Água, além da implantação de um parque linear na bacia do córrego Bonsucesso.

Outra ação importantíssima, implementada em 2008, foi a criação dos Núcleos de Alerta de Chuvas - NAC. Conforme comentado pelo Conselheiro, este trabalho que é conduzido por meio de parceria entre a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil do Município e a URBEL, capacita voluntários, moradores e/ou trabalhadores das áreas mais sensíveis à inundação da cidade, visando aumentar o grau de proteção da população destas regiões.

Mais uma ação importante destacada corresponde à implantação do Sistema de Monitoramento Hidrológico e Alerta contra Inundações. O Sistema conta com 42 estações que medem quantidade de chuva e variação do nível d'água nos córregos e canais da cidade. Os dados são transmitidos em tempo real para a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil e determinam ações preventivas de proteção nas áreas ameaçadas.

O Conselheiro destacou ainda o trabalho de elaboração da Instrução Técnica para Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem no Município de Belo Horizonte, sob a coordenação da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU/SMOBI, publicado em 2022. Este trabalho tem o objetivo de padronizar critérios para elaboração de estudos e projetos de investigação do risco de inundação, tanto para macrodrenagem e

tratamento de fundo de vale, quanto para microdrenagem, projeto e utilização de soluções baseadas na natureza, em consonância com o disposto no Plano Diretor de Belo Horizonte – Lei 11.181/2019.

Em relação à temática Resíduos Sólidos, os avanços verificados compreendem a Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, a ampliação dos serviços de limpeza urbana em vilas e favelas, a contratação de Aterro de Resíduos de Construção e de Demolição e a implantação de Central de Tratamento e Aproveitamento Energético do Biogás. Vale considerar que no período de 2003 a 2021, o atendimento por coleta porta-a-porta passou de 95% para 96,1% e a população de vilas e favelas atendida por coleta porta a porta passou de 70% para 82,2%.

Em seguida, o palestrante apresentou os empreendimentos para redução dos riscos de inundação existentes e em execução, para as bacias do Arrudas, Pampulha/Onça e Isidoro.

Sobre a Gestão de Segurança de Barragens, informou que o Município se encontra em situação de regularidade junto ao IGAM, órgão fiscalizador da Política de Gestão de Barragens no Estado de Minas Gerais.

Finalizando, o palestrante apresentou os grandes desafios a serem enfrentados nas diversas temáticas. Para o abastecimento de água, os desafios compreendem a execução de obras estruturantes, intensificação de ações de controle de perdas e intensificação de ações para a garantia da segurança hídrica. Para o esgotamento sanitário, os desafios compreendem a universalização dos serviços de coleta e interceptação, a eliminação dos lançamentos de esgotos nos cursos d'água e nas redes de drenagem pluvial, o incremento das ações para ampliação do nível de adesão ao sistema, a continuidade das ações de urbanização de vilas e favelas e de tratamento dos fundos de vale, o tratamento de todos os esgotos gerados nas bacias hidrográficas que integram o território do Município de BH, o investimento em manutenção preventiva e corretiva do sistema e a eliminação do aporte de esgotos à Lagoa da Pampulha. Na drenagem urbana, os desafios compreendem a implantação de medidas de controle do uso e ocupação do solo, visando reduzir a impermeabilização, a continuidade e incremento da aplicação das diretrizes do PDDBH/DRENURBS, especialmente nas soluções de tratamento de fundo de vale, a realocação das famílias em situação de risco, o aperfeiçoamento do Sistema de Monitoramento Hidrológico e de Alerta contra Inundações, a ampliação dos serviços de manutenção dos canais de drenagem e bacias de retenção, a manutenção, ampliação e o aperfeiçoamento do trabalho junto aos NAC, a consolidação da institucionalização da Gestão de Águas Urbanas na Administração Municipal e a atualização e aperfeiçoamento do Plano Diretor de Drenagem. Por fim, para o manejo de resíduos sólidos, os desafios são a ampliação da coleta porta a porta, a otimização dos Programas de Coleta Seletiva, a solução definitiva para a destinação final de resíduos de serviços de saúde, a intensificação da fiscalização visando o combate a deposições clandestinas, novas tecnologias de processamento e tratamento dos resíduos sólidos, a ampliação dos sistemas de recepção e tratamento dos Resíduos de Construção Civil e de pequenos volumes e a implementação das ações definidas pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes na reunião.

O conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, abordou a questão da privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e seus impactos para o Município de Belo Horizonte.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira reconheceu a importância do assunto e afirmou que a Administração Municipal está atenta à questão e a expectativa é pela melhor tomada de decisão.

A conselheira e representante do CAU-MG perguntou como se dá o papel de fiscalização dos Conselheiros do COMUSA.

Em resposta, o Conselheiro Ricardo Aroeira informou que a fiscalização se dá, principalmente, através da prestação de contas anual da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento. Informou, ainda, que os Conselheiros também podem demandar esclarecimentos em relação aos empreendimentos ou apresentar outras demandas à Secretaria Executiva do COMUSA.

A Conselheira Regina Martins questionou, ainda, se há a possibilidade de agendar visitas técnicas aos empreendimentos.

Em resposta, o Conselheiro Ricardo Aroeira informou que existe a possibilidade de realizar as visitas, desde que programadas e agendadas com antecedência.

A Conselheira Regina Martins solicitou informações sobre o ocorrido na barragem do Parque Lagoa do Nado.

A engenheira Ana Paula Fernandes, da equipe da DGAU/SMOBI, explicou que foram emitidos laudos técnicos do IGAM e de um consultor externo, que apontaram um erro operacional, pois o vertedor da barragem estava interrompido. A PBH instaurou uma comissão para verificar o ocorrido, pois o último laudo de vistoria indicava que a barragem estava em condição normal de operação.

Complementando as informações, o conselheiro Ricardo Aroeira informou que na referida vistoria, o vertedor estava desobstruído e, por se tratar de um período chuvoso, a rotina operacional deveria ter mantido o vertedor liberado. Entretanto, no episódio, não houve capacidade de extravasão, ocasionando o galgamento da barragem, ou seja, a água passou por cima da barragem. Por se tratar de uma barragem de terra, o maciço foi levado pela água, causando o rompimento. Felizmente a galeria suportou a vazão e não houve maiores danos nem vítimas.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Pancrácio, perguntou se a barragem será reconstruída.

A engenheira Ana Paula Fernandes afirmou que a PBH já vistoriou o local e será contratado o projeto de implantação de um novo barramento.

O Conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, manifestou seu interesse por entender, no âmbito do Conselho, a escuta das comunidades, a relação com outros Conselhos Municipais e Secretarias e sugeriu a abordagem da temática “mudanças climáticas” nas discussões do COMUSA. Convidou, ainda, os Conselheiros a conhecerem a “Meta 2034” para a Bacia do Rio das Velhas.

Em resposta, o Conselheiro Ricardo Miranda informou que as construções e as discussões no COMUSA são coletivas, envolvendo também as Secretarias afins ao assunto. Além disso, informou que o Conselho tem procurado, com sucesso, sensibilizar os gestores para a importância de transformar temas que parecem ter uma abrangência apenas municipal, em discussões intermunicipais, abrangendo, quando necessário, a esfera estadual, como é o caso da COPASA, temática questionada pelo Conselheiro Alex Aguiar no início da discussão.

O Conselheiro e representante da FJP, Cláudio Cançado, convidou os presentes a acessarem e lerem o Relatório 2024 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, o qual se encontra presente no link: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/planejamento-e-orcamento/relatorio_ods_2024.pdf.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.